Introdução: arqueologia dos 'pioneiros' e da diversidade do alto rio Madeira

Introduction: the archaeology of the 'pioneers' and of the diversity in the Upper Madeira River

Fernando Ozorio de Almeida[I, II]

[I]Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, Sergipe, Brasil

[II]Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Buenos Aires, Argentina

Guilherme Mongeló

Escuela Superior Politecnica del Litoral. Guayaquil, Equador

A primeira pergunta ao organizar um dossiê sobre a arqueologia do alto rio Madeira é: por que fazer uma edição sobre a região? Existem várias respostas para esta pergunta e acreditamos que a maioria delas se encontre nesta introdução ou nos artigos que a seguem. O fato de o referido rio ser o mais importante afluente e o maior contribuinte em sedimento em relação ao Amazonas já demonstra a dimensão do Madeira dentro da bacia amazônica. Entretanto, isso pouco nos diz sobre as ocupações humanas que ocorreram ao longo do tempo no entorno do rio, aspecto que mais interessa para os estudiosos das ciências humanas.

Até recentemente, o *status* de mais importante tributário do Amazonas não condizia com o baixo conhecimento acerca da história dos grupos indígenas do rio Madeira. Durante décadas, as pesquisas arqueológicas ficaram restritas a um único pesquisador, o arqueólogo Eurico Miller, que escavou muito e publicou pouco, mas, quando publicou, não se furtou de apresentar hipóteses grandiosas sobre as ocupações pretéritas da região. Falecido em 2018, suas pesquisas no alto Madeira foram concentradas nos anos 1970 e 1980, e muitos dos dados obtidos pelo arqueólogo permanecem sem publicação.

Nos últimos dez anos, houve aumento sem precedentes do que se sabe sobre a arqueologia regional do alto Madeira. Uma combinação de pesquisas acadêmicas e de contrato, envolvendo a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, assim como a criação do Departamento de Arqueologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), fez com que houvesse aumento exponencial arqueológico acerca das margens do rio Madeira (*e.g.* Almeida, 2013; Zuse, 2014; Pessoa et al., 2020) ou de seus afluentes (Cruz, 2008; Zimpel Neto, 2009). Se é correto afirmar que a arqueologia brasileira deu um salto desde a Portaria n. 230 (2002), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que regulamentava o papel da arqueologia dentro do licenciamento ambiental, pode-se dizer que em poucos lugares do país esse salto foi mais alto e mais longe do que o registrado nesta região. Cremos que, passado o furacão que atraiu dezenas de arqueólogos a trabalharem em Rondônia e a produzirem essa quantidade enorme de dados, é chegado o momento de reorganizar estas informações e de darmos um sentido histórico a elas.

Almeida, F. O., & Mongeló, G. (2020). Introdução: arqueologia dos pioneiros e da diversidade do alto rio Madeira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15*(2), e20190080. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0080

Autor para correspondência: Fernando Almeida. Universidade Federal de Sergipe. Praça Samuel de Oliveira, s./n., Centro. Laranjeiras, SE, Brasil. CEP 49170-000 (fernandozorio@hotmail.com).

Recebido em 08/10/2019
Aprovado em 09/12/2019

Os estudos têm demonstrado que, durante a longa história de ocupação humana, as dinâmicas sociais do alto rio Madeira estiveram conectadas com o restante da Amazônia (Neves et al., 2020). Assim, a região pode nos ajudar a compreender fenômenos de extensa amplitude geográfica, como a expansão de grupos falantes de línguas Tupi e Aruaque, assim como a dispersão de alimentos domesticados. Ao mesmo tempo, a bacia do alto Madeira possui um caráter particular: observa-se uma diversidade cultural singular que se reflete em grande diversidade biológica, linguística e de culturas arqueológicas. Muitos fatores parecem ter contribuído para essa diversidade, a começar pela ocupação contínua da região por mais de dez mil anos. Esta é uma das cronologias mais estáveis da Amazônia. Da mesma forma, pode-se pensar que essa singularidade está ligada à própria localização do alto Madeira, situado entre a grande planície amazônica, os Andes, o Planalto Central brasileiro, um mosaico de terras baixas, como as do Pantanal e dos Llanos de Mojos (Bolívia), assim como o Gran Chaco, palavra que em Quechua carrega uma conotação de grande diversidade. Pode-se acrescentar, por fim, que essa diversidade está ligada com práticas de diferentes pessoas e coletivos que, por milênios, ocuparam ou ainda ocupam a região. Resta ainda compreender melhor a intensidade e as maneiras como se deram tais intervenções humanas.

O rio Madeira é formado pela junção de dois grandes complexos fluviais: o Guaporé/Mamoré e o Beni/Madre de Diós. Estes dois últimos são formados nos Andes. O rio Guaporé nasce no sudeste mato-grossense e o rio Mamoré se forma a partir do encontro dos rios Chaparé, Ichilo e Grande, nas terras baixas bolivianas. Os principais afluentes do alto curso do rio Madeira são os rios Abunã, Jaci-Paraná, Jamari e Ji-Paraná. Apenas o rio Abunã é afluente da margem esquerda do Madeira. E esses afluentes do alto rio Madeira, em grande parte, coincidem com a fronteira do atual estado de Rondônia. Consideramos aqui, no alto Madeira, o trecho que segue ao encontro dos rios Beni e Mamoré até o rio Jamari, primeiro afluente rio abaixo da área das cachoeiras, ainda que muitas vezes o próximo grande afluente, o Ji-Paraná, seja incluído na discussão. Conforme se pode ver na Figura 1, este trecho do rio é composto por uma sequência de cachoeiras e corredeiras que termina justamente na atual cidade de Porto Velho.

Parece haver um tema bastante recorrente na história de longa duração de Rondônia, e que certamente excede o escopo da arqueologia: o do 'pioneirismo'. Foi no sítio Abrigo do Sol, localizado no alto rio Guaporé, que o 'pioneiro' Eurico Miller encontrou algumas das evidências mais antigas para a presença de humanos na América do Sul. A cronologia, que chegava a 12.700 anos BCE (*Before Common Era*) (Miller, 1978; Miller, 1987b; Meggers & Miller, 2003), foi pouco explorada pela arqueologia, se comparada a outros contextos, como o sítio da Caverna da Pedra Pintada, no baixo Amazonas (Pereira & Moraes, 2019; Roosevelt et al., 1996). Entretanto, a divulgação de datações com mais de 18.000 anos BCE, em um contexto bastante próximo ao do Abrigo do Sol, no sítio de Santa Elina (Vilhena Vialou & Vialou, 1989), sudeste do Mato Grosso, torna cada vez mais plausíveis as datações obtidas por Miller (1987b). No alto Madeira, as evidências para as primeiras ocupações humanas são mais recentes, situadas no Holoceno inicial (Mongeló, 2020).

Outro 'pioneirismo' aparece no campo da domesticação de alimentos. Estudos genéticos (Clement et al., 2015, 2016; Olsen & Schaal, 1999) já apontavam o alto rio Madeira como provável centro de domesticação da mandioca (*Manihot esculenta*) e da pupunha (*Bactris gasipaes*). As pesquisas paleobotânicas têm demonstrado, conforme discutido nos artigos escritos por Watling et al. (2018, 2020), que, além das evidências arqueológicas mais antigas para a presença de mandioca, ocorre também a presença antiga de outras plantas domesticadas, tais como a abóbora (*Cucurbita* sp.) e o feijão (*Phaseolus* sp.), assim como frutas, tais como o pequiá (*Caryocar* sp.) e a goiaba (*Psidium* sp.).

Miller (1992a, 1992b, 1999, 2009) justificou a presença antiga de terras pretas antropogênicas vinculada a esse processo de domesticação de alimentos, que levaria as populações locais à adoção de práticas agrícolas.

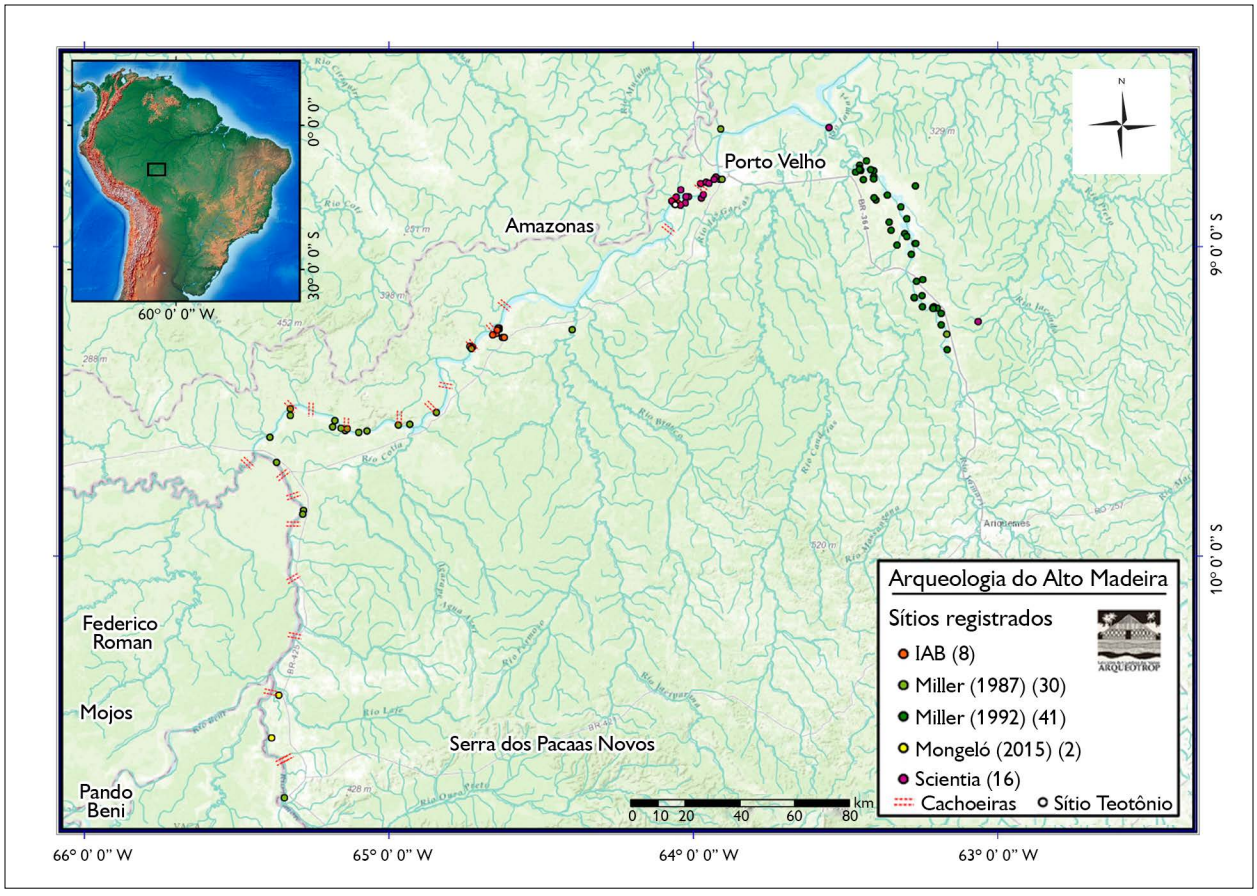

Figura 1. Mapa com a localização da área de estudo. No detalhe, evidenciam-se as cachoeiras do rio Madeira. Mapa: Francisco Pugliese (2019). Fonte: Mongeló (2019).

As pesquisas recentes têm corroborado a ideia de que a região figura como um antigo centro de domesticação de alimentos, mas cujo processo se iniciou muito antes, ainda durante o Holoceno inicial. Atualmente, tal perspectiva funcionalista vem acompanhada de uma crítica em relação direta entre sedentarismo e práticas agrícolas (*e.g.* Moraes, 2015; Neves, 2012), assim como uma discussão sobre a existência de um período Formativo (Mongeló, 2015), em que os grupos indígenas teriam evoluído culturalmente, com ascensão de forrageiros a agricultores (Shock & Moraes, 2019).

Seguindo uma longa tradição adotada pela arqueologia da floresta tropical (*e.g.* Lathrap, 1970; Meggers, 1971), a arqueologia do alto Madeira possuiu em suas raízes um forte viés ambiental. Durante toda a sua trajetória de pesquisas na região, Miller (1992a, 2009) utilizou pesadamente a ideia de um '*optimum* climático' durante o Holoceno médio, período que estaria relacionado com a expansão da área de cerrados sobre a floresta tropical. Nesse cenário, ainda bastante debatido e controverso, a região do alto Madeira teria sido uma das ilhas de floresta circundadas por cerrados (Freitas et al., 2001; Pessenda et al., 1998), sendo uma área de concentração de povos da floresta tropical e de especialização biológica durante esse período.

Um outro 'pioneirismo' apontado para a região está ligado aos grupos Tupi, uma vez que a maior parte das famílias linguísticas relacionadas a esse tronco é encontrada na bacia do alto Madeira, a qual pode ser a região onde

se origina esse tronco linguístico (Migliazza, 1982; Rodrigues, 1964; Rodrigues & Cabral, 2012). Este fato também não passou desapercebido por Miller (2009), segundo o qual foi a partir dessa região – *i.e.* no alto Ji-Paraná – que a mais famosa família desse Tronco, a Tupi-Guarani, começou a se expandir (*cf.* Cruz, 2008; Suñer, 2015; Zimpel Neto, 2009). Alguns pesquisadores (*e.g.* Schmitz, 2006) relacionaram a expansão dos Tupi-Guarani do alto Madeira aos fatores ambientais ligados ao '*optimum* climático' e ao surgimento de ilhas de refúgio durante o Holoceno médio.

Os grupos falantes de línguas Tupi-Guarani ficaram conhecidos pela produção de uma cerâmica muito particular ao longo de sua milenar expansão pelas terras baixas sul-americanas. Essa indústria cerâmica era caracterizada pela grande presença de ângulos, decorações corrugadas, unguladas, digitadas e, principalmente, pela presença de urnas funerárias policrômicas (*e.g.* Corrêa, 2014). Urnas e outros vasos policrômicos, discutidos por Vassoler (2016), foram datados em 700 anos BCE por Miller (1992a), o que os colocava entre as mais antigas cerâmicas com esse tipo de tratamento de superfície dentro da Amazônia. A dúvida seria se essas cerâmicas seriam produzidas por grupos de língua Tupi-Guarani.

Apesar de poucas, as publicações de Miller (1987a, 1992a, 1999, 2009) situaram enfaticamente a região do alto Madeira como uma arqueologia das origens: o 'pioneirismo' poderia ser aplicado a praticamente qualquer quesito dentro dos campos arqueológicos; e todos os elementos elencados como problemáticas clássicas da arqueologia amazônica pareciam ter sua explicação ou gênese na região. Esse quadro, com muitas explicações funcionais, poderia sugerir que a arqueologia do alto rio Madeira, do ponto de vista da investigação, já estaria resolvida desde o final do século passado e o trabalho dos arqueólogos na região parecia estar fadado à complementação de dados que avolumassem as assertivas do autor. No entanto, não foi esse o quadro que encontramos.

Trata-se de um cenário análogo ao do Paleolítico francês que, de tão amplamente estudado por François Bordes até os anos 1960 (*e.g.* Bordes, 1961, 1967), fazia com que o arqueólogo acreditasse que pouco restava a ser feito. Conforme relata Sackett (2011, p. 5), que trabalhou com François Bordes no final da carreira do mesmo, o famoso arqueólogo francês dizia que, com relação aos estudos do Paleolítico, ele havia construído a cidade, as ruas, as casas, os esgotos e a rede elétrica, mas, caso a próxima geração quisesse colocar uma fonte na praça central, que ficasse à vontade. A verdade é que aos 'pioneiros', às vezes, sobram convicções. Tal certeza de trabalho concluído se dissipou quando Binford (1983) passou a disparar críticas a todo o sistema classificatório e às interpretações decorrentes realizadas por François Bordes. Na analogia, Binford (1983) propunha reconstruir a cidade.

No caso do alto Madeira, não se trata da elaboração de uma crítica ao trabalho realizado por Eurico Miller. Mesmo com frequentes discordâncias, são poucos(as) os(as) arqueólogos(as) que trabalham na região e criticam, de uma forma geral, as suas pesquisas pioneiras e convictas. Inversamente, os(as) arqueólogos(as) têm buscado discutir, isoladamente, os pontos outrora levantados por ele – *e.g.* antiguidade do ser humano na região, domesticação de plantas e terras pretas antropogênicas, antiguidade de Tupis e cerâmicas policrômicas – e compreender como esses elementos que caracterizam a arqueologia da região estão relacionados, se é que estão. Além disso, um elemento pouco explorado pelo arqueólogo, e que está presente na maioria das pesquisas recentes, é o da busca pela compreensão da formação da diversidade.

O PROJETO ALTO MADEIRA

O Projeto Alto Madeira (PALMA) foi idealizado por Eduardo Neves, no início dos anos 2000, e ganhou viabilidade a partir da aprovação do Projeto Temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do ano de 2005, por ele proposto. Entretanto, a região do alto rio Madeira não era o foco central da proposta, que estava mais voltada para as pesquisas acerca da Amazônia Central, figurando como uma área-piloto que poderia oferecer

uma contraposição à última, em especial com dados referentes às ocupações humanas durante o Holoceno médio, ausentes na área de confluência entre os rios Negro e Solimões.

As pesquisas de campo realizadas no estado de Rondônia só foram iniciadas anos depois, em fevereiro de 2008, com uma prospecção arqueológica feita no baixo rio Jamari. Este rio, o primeiro afluente do Madeira abaixo da área das cachoeiras, foi escolhido por Eduardo Neves como área-piloto devido aos dados obtidos por Miller (1992b) durante o resgate dos sítios arqueológicos da Usina Hidrelétrica (UHE) Samuel. Ali, Miller (1992b) identificou uma fase contínua de ocupação que incluía grupos pré-cerâmicos (fases Itapipoca e Pacatuca, ca. 8.500 a 5.000 anos BCE), formativos (fase Massangana, ca. 4.800 a 2.800 anos BCE) e cerâmicos (Tradição Jamari, ca. 2.800 a 200 anos BCE), assim como as evidências mais antigas para terras pretas na Amazônia, vinculadas à fase Massangana (Miller, 1992b).

Entretanto, a maioria dos sítios escavados por ele no entorno e acima da antiga cachoeira de Samuel havia sido destruída pela construção da usina hidrelétrica, estando submersa ou inacessível para o prosseguimento das pesquisas. O levantamento foi realizado, então, no trecho do rio a jusante da cachoeira de Samuel. Os sítios escavados neste rio e no seu entorno imediato, com datas geralmente próximas ao início do segundo milênio CE, não apresentaram a longa sequência cronológica identificada rio acima por Miller (Almeida, 2013). Tornava-se clara a ideia de que as ocupações mais longas não seriam identificadas em qualquer lugar, mas no entorno das cachoeiras. Nosso foco voltou-se, então, para o sítio Teotônio, localizado às margens do rio Madeira, onde Miller (1992a) havia identificado contextos de longa duração, envolvendo sedimentos antrópicos e cerâmicas policrômicas muito antigas.

Uma das principais contribuições que as recentes pesquisas do alto Madeira têm oferecido à arqueologia das terras baixas tem a ver, portanto, com a chamada arqueologia dos lugares significativos e persistentes (Moore & Thompson, 2012, p. 267; Schlanger, 1992, p. 92; Zedeño & Bowser, 2009, p. 12). Apesar de já terem sido trabalhados anteriormente em outros contextos dentro da arqueologia brasileira (*e.g.* Fagundes, 2010), esses conceitos dificilmente foram mais utilizados do que no alto rio Madeira, especialmente na área das cachoeiras. A ideia de um lugar significativo se refere à criação de lugares através das interações humanas com a natureza e com o sobrenatural, interações estas que criaram uma série de referentes espaciais que ajudaram na cognição das experiências vividas (Zedeño & Bowser, 2009, p. 5). Os lugares persistentes, entre os quais está o sítio Teotônio, nada mais seriam do que aqueles onde essas interações ocorreram por muito tempo, por séculos ou mesmo por milênios, e que acabaram se tornando bolsões de história (Almeida & Kater, 2017; Kater, 2020).

O sítio Teotônio, discutido neste dossiê por Mongeló (2020), Watling et al. (2020) e Kater (2020), não foi apenas um lugar significativo para os coletivos indígenas que durante milênios de anos o ocuparam, como também para as comunidades que viveram e ainda vivem ali, assim como para os próprios arqueólogos. Desde 2011, o sítio já recebeu seis campanhas de escavação e caminha para ser um dos mais pesquisados da história da arqueologia da Amazônia. De certa forma, o Teotônio e o sítio Santa Paula, do lado oposto da cachoeira (Bespalez et al., 2020), têm refletido de uma forma condensada, por meio da variabilidade lítica, cerâmica e dos vestígios botânicos, a imensa diversidade cultural encontrada na região, diversidade esta que vai ser observada em detalhe no artigo de Zuse et al. (2020), neste dossiê.

Não faltaram metáforas nas pesquisas arqueológicas que dessem conta da ideia de que o sítio Teotônio foi um nó que conectava diferentes povos de distintos lugares (*e.g.* Almeida, 2013; Almeida & Kater, 2017; Kater, 2018, 2020). Inversamente, esta localidade tem servido, recentemente, como entreposto de onde saíram pesquisadores que começaram a estudar outros sítios da região, tais como os trabalhos no sambaqui do Monte Castelo, no rio Guaporé (Pugliese, 2018; Zimpel Neto, 2018), nos sítios do rio Ji-Paraná (Suñer, 2015), e nos levantamentos que vêm sendo

realizados rio acima da cachoeira do Teotônio e que fazem parte de mais uma etapa de estudos que agora se inicia ali. Portanto, o sítio segue, ainda que de uma maneira muito distinta, conectado a outros sítios da região.

O enfoque das pesquisas tem gradativamente se expandido, saindo do âmbito da compreensão da persistência nas ocupações regionais para a interpretação conjunta das diversidades cultural e biológica na região. Ao mesmo tempo, as pesquisas arqueológicas em Rondônia, muito aceleradas pela construção das grandes obras de engenharia, têm deixado cada vez mais aparente o colapso dessa diversidade, frente a uma proposta desenvolvimentista homogeneizadora e que reduz a história milenar da ocupação humana da região a um passado muito recente.

OS ÚLTIMOS 'PIONEIROS'?

Quando nosso céu se faz moldura
Para engalanar a natureza
Nós os Bandeirantes de Rondônia
Nos orgulhamos
De tanta beleza
Como sentinelas avançadas
Somos destemidos pioneiros
(Lima & Silva, 1940)

A historiografia brasileira raramente se utiliza de um cenário que inclui populações humanas habitando o continente há mais de 10 mil anos (*cf.* Monteiro, 2001). O que pode ser explicado por diferentes motivos, como pela consolidação tardia da arqueologia brasileira ou pelo determinismo das perspectivas ambientais nas primeiras décadas de pesquisa sistemática da disciplina. O resultado é uma baixa presença de narrativas indígenas nos discursos de imensa parte da nossa sociedade (Mongeló, 2019).

Certamente, esse é o caso do estado de Rondônia, onde qualquer visitante logo percebe a existência de um mito histórico, reproduzido pelos diferentes meios de comunicação, que atesta uma relação entre o rondoniense e o 'pioneiro' colonizador. Tal pioneiro nada teria a ver com os grupos indígenas que há milhares de anos habitam a bacia do rio Madeira, e sim com os colonos sulistas que migraram para o estado a partir do final do século XIX (Mongeló, 2019).

Os eixos de migração se deram no entorno de dois projetos de infraestrutura. O primeiro deles foi a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (EFMM) (Figura 2), que liga Porto Velho e Guajará-Mirim. Essa linha férrea, terminada no início do século XX, objetivava escoar a borracha produzida por empresas brasileiras e bolivianas, localizadas nos formadores e nos trechos encachoeirados do rio Madeira. As corredeiras do alto rio Madeira se configuravam como um imenso obstáculo para a sua navegação, sendo necessário construir uma alternativa para ligar essas *commodities* aos mercados consumidores europeus e norte-americanos (Mongeló, 2019). Foram justamente as empresas norte-americanas e inglesas que financiariam esse empreendimento (Ferreira & Carneiro, 2005).

Dezenas de milhares de trabalhadores de outros rincões do Brasil e do exterior foram trazidos para a execução da obra. Foram estes imigrantes e seus antecessores, coletores de borracha – alguns notadamente forçados a condições de semiescravidão (*cf.* Hemming, 2007; Figura 3) –, considerados os primeiros 'pioneiros' do sudoeste amazônico. A estrada de ferro era delimitada pelo povoado que viria a ser a capital de Porto Velho e Guajará-Mirim, na fronteira Brasil-Bolívia. A certidão de nascimento do estado de Rondônia é datada justamente do ano de 1913, ano de fundação de ambas as cidades (Mongeló, 2019).

O segundo grande processo colonizador recente do estado ocorreu durante a construção da BR-364, entre os anos 1960-1980, e possui papel mais importante quanto à caracterização dos 'pioneiros'. Essa estrada liga Cuiabá

Figura 2. Linha de trem da ferrovia Madeira-Mamoré, que corta o sítio arqueológico, *i.e.* uma antiga aldeia indígena localizada em área encachoeirada, nas proximidades do município de Guajará-Mirim. Foto: Fernando Ozorio de Almeida (2013).

a Porto Velho, ao cortar o sudoeste da Amazônia, integrando as duas cidades (e, posteriormente, o estado do Acre) à malha viária nacional. A rodovia seguiu o eixo da antiga linha de telégrafo, instalada pela comissão Rondon, entre Cuiabá e Porto Velho. Ao contrário da construção da EFMM, a maioria dos colonos vindos com a abertura da BR-364 era oriunda do Sul e do Sudeste do país (Mongeló, 2019).

Esses novos 'pioneiros', despegados dos seus elementos ideológicos de origem e sem ligação com o novo espaço geográfico, impulsionaram o surgimento de uma narrativa em que seus antepassados são os grandes protagonistas: um contexto em que a classe dominante emergente está no centro das ações. Tal discurso também é utilizado no sentido inverso, com a juventude do Estado recorrentemente sendo utilizada como justificativa para a falta de indústrias, infraestrutura, assim como todos os problemas sociais decorrendo da falta de desenvolvimento (Mongeló, 2019).

Trata-se, então, do apagamento de uma história de longa duração (Braudel, 2014) dos grupos indígenas que seguiam ocupando o território, o que ocorre através de um discurso racista, que negligenciou desde as imagens de indígenas participando da construção da EFMM, passando pelas ricas descrições sobre os nativos realizadas pela comissão Rondon e que também excluiu as pesquisas que ajudaram a fundar a etnologia na América do Sul: ninguém menos do que o renomado antropólogo Claude-Levi-Strauss (Mongeló, 2019). Nesse sentido, acreditamos que a arqueologia

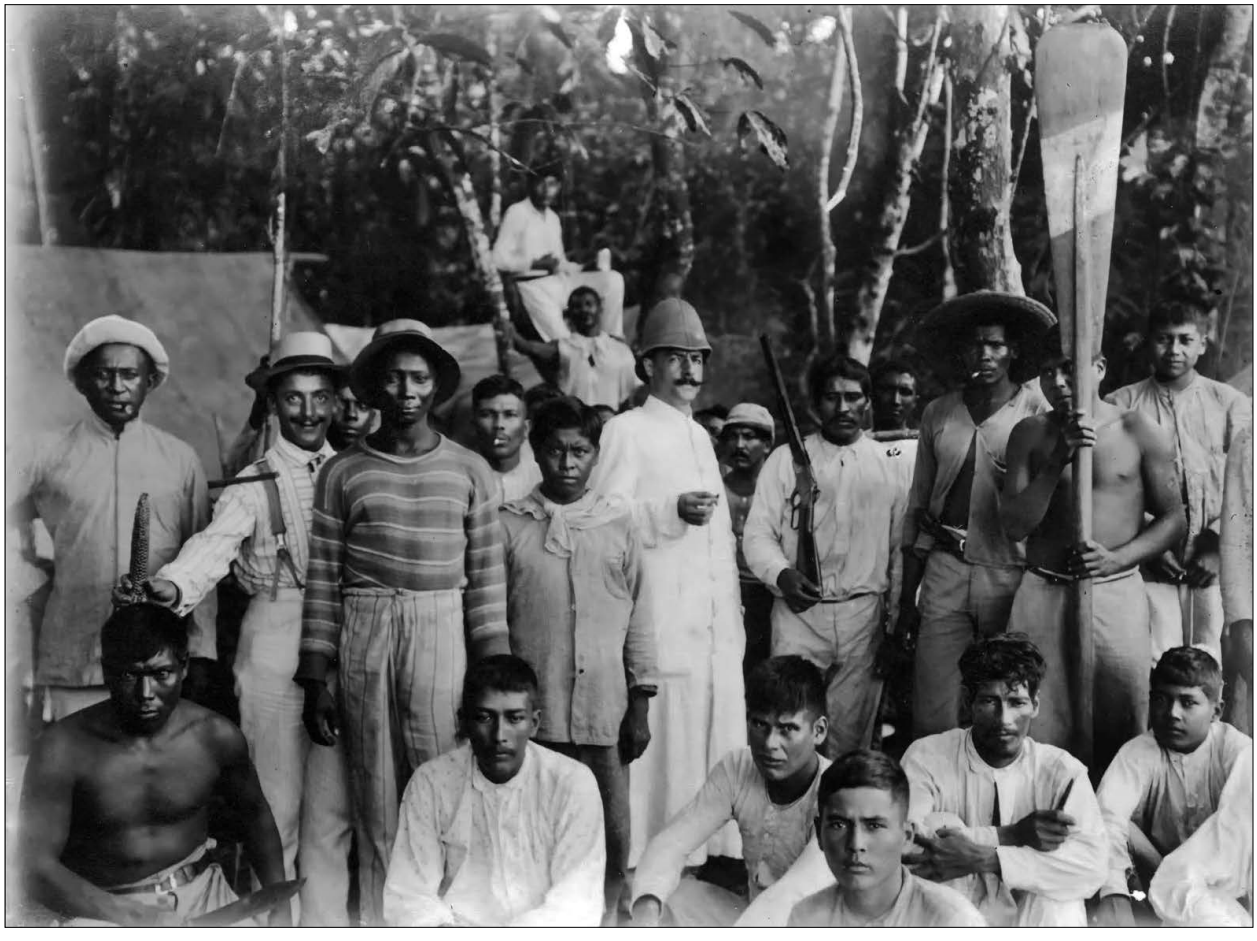

Figura 3. Trabalhadores indígenas da companhia de extração de borracha Casa Suárez, em período pré-construção da EFMM. Foto: Dr. Bauler (1909-1911)[1]. Fonte: Flickr Hive Mid (n.d.).

possui um papel fundamental em oferecer ferramentas para uma contranarrativa, através do estudo da materialidade destes processos sociais.

APAGANDO O INDÍGENA DA HISTÓRIA DO ALTO RIO MADEIRA

As elites locais recorrentemente, e com ajuda da máquina estatal, buscaram dar aos primeiros colonos um papel moralizador, tanto na capital quanto nas inúmeras cidades que surgiram no interior: uma proposta de 'modernização' para o sudoeste da Amazônia (Souza, 2011). Havia a ideia da divisão da terra, com auxílio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para camponeses plantarem produtos básicos, como o arroz, o café e a cana-de-açúcar (Mongeló, 2019). Entretanto, em grande parte, a colonização se deu por meio da derrubada da mata nativa para a abertura de pastos, em um processo intimamente envolvido com a grilagem de terras (Valente, 2017).

[1] Dr. Bauler foi um fotógrafo suíço, contratado pela companhia boliviana de extração de borracha Casa Suárez, e que, entre os anos de 1909 e 1911, percorreu o trecho enchachoeirado do rio Madeira, documentando o processo de extração e escoamento da borracha.

Além disso, o solo da região geralmente não favorece as plantações onde ocorre a retirada da vegetação. Após as primeiras colheitas, ele empobrece. Um processo que termina por direcionar o campo para a pecuária, cuja produção tende a remodelar a estrutura fundiária: pequenos terrenos cedendo espaço a latifúndios (Mongeló, 2019). Trata-se de um processo muito semelhante ao que já ocorria no sudeste da Amazônia, no atual estado do Pará (Laraia & Da Mata, 1967). Tanto em um caso quanto em outro, os latifúndios de gado se formaram com base em um sistema eurocentrista fracassado de ocupação da terra, dependente da subtração completa da vegetação arbórea e incompatível com as condições geográficas do sudoeste amazônico. Segue-se, então, uma lógica de que os setores mais elitizados da colonização, muitas vezes contando com generosos auxílios por parte do governo militar (Valente, 2017), se apoderam de áreas recém-ocupadas pelo grande contingente de migrantes.

Os anos 1980 abriam, assim, um novo capítulo na história regional de ciclos econômicos meteóricos: primeiro, veio o cacau (século XVIII); depois, a borracha (entre meados dos séculos XIX e XX); em seguida, a cassiterita (anos 1970). Dessa vez, a população flagelada e expulsa do interior pelos latifundiários migrou em massa em direção ao Madeira, para formar o contingente de trabalho dos garimpos artesanais. Dois conjuntos sociais oferecem resistência a esse programa de expansão de agroexportação de *commodities*: os camponeses e os indígenas (Mongeló, 2019). No caso dos camponeses, mesmo que grande parte tenha ido para as incipientes zonas urbanas, uma parcela dos agora sem-terra permaneceu na reivindicação em razão de promessas do INCRA e também em luta contra a grilagem dos latifundiários (Becker, 2005).

Pior sorte tiveram os indígenas que, desde o início da abertura da BR-364, viram suas terras invadidas e roubadas, foram obrigados, quando não mortos, a fazer migrações forçadas. Ocorria, então, uma campanha nacional de povoamento da Amazônia, patrocinada pelo governo militar: "uma terra sem gente, para gente sem terra". Abria-se uma válvula de escape para grandes contingentes de populações de sem-terra que exerciam pressão nas regiões Sul e Sudeste do país. Tratava-se de um convite irresistível, envolvendo uma floresta virgem que precisava ser ocupada (Mongeló, 2019).

A presença indígena nesses territórios não era ignorada por ninguém. O recém-divulgado Relatório Figueiredo (Brasil, 2014), por exemplo, demonstra claramente uma política pública de ocupação do espaço vinculada com um processo de extermínio dos indígenas. No entanto, é possível que em nenhum outro lugar da Amazônia o apagamento sistemático da história indígena tenha sido tão forte quanto em Rondônia. Isso ocorreu por meio de duas ações. Uma delas refere-se ao apagamento físico e concreto dos coletivos indígenas, que seriam perseguidos, empurrados para fora das melhores terras e, não poucas vezes, exterminados. Tal prática aparece de maneira evidente em entrevista dada pelo coronel Aloysio Weber, então responsável pelas obras de construção da BR-364 (Figura 4). Nela, é possível identificar claramente uma noção de progresso, que certamente não estava restrita ao coronel, em que o componente indígena era visto como um obstáculo:

> Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença, tchê? Usamos a mesma tática dos portugueses que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia (citado em Mongeló, 2019, p. 25).

A segunda ação refere-se à construção de uma narrativa em que o papel dos indígenas na história regional é marginalizado ou mesmo excluído: um processo necessário para a imagem do pioneiro como sendo o colono sulista (Mongeló, 2019). Da mesma forma, trata-se de um processo que conferiu papel irrelevante aos migrantes nordestinos ligados à indústria da borracha. Observa-se, nesse caso, uma situação distinta do que a identificada na historiografia acreana, em que a identidade local está extremamente atrelada à figura do seringueiro (Pessoa, 2017).

A combinação desses dois elementos tem sido desastrosa para as populações indígenas ribeirinhas e camponesas em Rondônia. Esta região recentemente entrou para as estatísticas nacionais por ser o estado com a maior quantidade de crimes e ações de violência relacionados à questão fundiária (Canuto & Andrade, 2015), conflito que está longe de ter fim, dada as atuais políticas públicas federais voltadas para a questão fundiária.

Corumbiara, município do sul do estado, localizado em um ramal da BR-464, é um exemplo paradigmático deste processo, mundialmente conhecido por ter sido sede de dois massacres. O primeiro caso, em 1986, no qual um número ainda não claro de indígenas foi assassinado por sicários, a mando de terratenentes locais. O outro, não menos perverso, foi fruto de um conflito entre sem-terra e a Polícia Militar, e resultou em 16 camponeses mortos após horas de batalha campal.

Os dois massacres foram negados pelas autoridades locais e, em ambas ocasiões, as buscas pelas provas concretas das ações violentas foram o estopim para que fosse escancarada a penosa situação dos indígenas e dos camponeses. A apresentação desses vestígios materiais talvez tenha representado o trabalho 'arqueológico' mais significante da história do sudoeste amazônico. No primeiro, o indigenista Marcelo Santos e o cinegrafista Vincent Carelli obtiveram

Figura 4. Trator 'pioneiro' do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC), Porto Velho, Rondônia. Fonte: 5º Batalhão de Engenharia de Construção (2019).

evidências materiais de objetos etnográficos depositados no solo do que havia sido uma aldeia um dia, junto a uma quantidade anormal de cartuchos de munição e de marcas de trator. Foi a 'descoberta' desse contexto que serviu de base para uma denúncia formal ao estado brasileiro, obrigado a confirmar a existência do massacre. Em 1995, no caso do massacre dos camponeses sem-terra, Dom Geraldo Verdier, bispo-auxiliar de Guajará-Mirim, contou com a ajuda de laboratórios franceses para recuperar ossos calcinados em fogueiras da área de acampamento onde ocorreu o massacre, demonstrando que a Polícia Militar não somente havia provocado a ação, como também tinha tentado ocultar os corpos (Mongeló, 2019; Peres, 2015).

Ainda que tenham vivido com um sistemático apagamento histórico (objetivamente e subjetivamente), com diversos casos de violações de direitos humanos, de violências perpetradas por atores do setor privado e do estado brasileiro, é impressionante o alto grau de resiliência das populações indígenas de Rondônia. Vivem neste território, atualmente, 11 mil indígenas, muitos deles em 23 reservas demarcadas, o que representa apenas 20,82% do território da unidade federativa. Sua presença continua sendo uma afronta aos interesses escusos do setor latifundiário e do atual governo brasileiro. Em fevereiro de 2019, por exemplo, posseiros armados invadiram áreas demarcadas das etnias Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau, reivindicando-as ao atual presidente da república (Boadle, 2019). A longa história indígena no alto Madeira, depois de 1500, é uma contínua história de resistência.

A QUEBRA E O RESTABELECIMENTO DA LONGA DURAÇÃO NO ALTO MADEIRA

> . . . uma arqueologia política, emancipatória e honesta que confronta os escritos secretos que escondem e justificam a injustiça. Tal arqueologia é verdadeira sobre seu conteúdo político e confronta o poder e a opressão (McGuire, 2008, p. 36).

Em março de 2011, os alojamentos e dezenas de ônibus dentro dos canteiros de obras da UHE Jirau arderam em chamas. Várias outras instalações foram vandalizadas. Na ocasião, uma briga entre um operário e um motorista de ônibus provocou revolta geral contra as condições degradantes de trabalho (Peduzzi, 2011). As ruas de Jacy-Paraná, já povoadas por uma epidemia de crack e prostituição infantil, se inundaram com milhares de trabalhadores que perderam alojamento e que buscavam transporte para Porto Velho. Estava escrito mais um capítulo da história regional que não vai ser incluído nos livros didáticos.

Nesse mesmo ano, iniciamos nossos trabalhos no sítio Teotônio. Presenciamos os últimos rugidos da cachoeira homônima, que seria, então, submersa pela UHE Santo Antônio. Os moradores da vila do Teotônio estavam em processo de ocupação de novas moradias, construídas pelo consórcio responsável pelas obras. A maioria destas seria posteriormente abandonada, pois a pesca, que por milhares de anos sustentou as populações locais, havia minguado em razão da impossibilidade de os peixes realizarem a piracema no rio. Um projeto alternativo, proposto pelo consórcio gestor da UHE, o turismo, foi inviabilizado por um acréscimo de 20 quilômetros na estrada de terra que leva à vila, como também por uma imensa nuvem de mosquitos transgênicos (Ministério Público do Estado de Rondônia, 2014) que a cobriu. Ironicamente, as revelações feitas por meio da arqueologia acerca das milenares histórias do entorno da cachoeira do Teotônio vieram acompanhadas pelo fato de que, pela primeira vez desde a chegada dos indígenas 'pioneiros' ao local, há dez mil anos, a ocupação humana ali havia sido impossibilitada por obra do chamado progresso.

A arqueologia cumpre um papel muito importante em Rondônia, o de apresentar as evidências materiais de uma presença não somente constante, como também duradoura, das populações indígenas nessa área e, ao mesmo

tempo, criar as ferramentas metodológicas para a valorização deste importante componente social. A desmistificação do conceito de 'pioneiro', que é tão comumente relacionado à história de Rondônia, e a incorporação de uma noção de história compartilhada são fundamentais para esse processo. No entanto, é preciso ser realista e não criar expectativas de que a formação de novas narrativas históricas através da arqueologia possa resolver o problema das pressões sociais e violências constantes que sofrem os indígenas do sudoeste amazônico. Acredita-se que, para que os reais agentes da mudança possam construir sua própria ideologia antagônica ao colonialismo latifundiário, é necessário oferecer ferramentas para a construção de uma base teórica. Os arqueólogos e as arqueólogas podem contribuir no oferecimento dessas ferramentas. Os artigos apresentados nesta edição prestam-se a realizar uma contribuição no sentido de contar um pouco dessa história longa e fascinante sobre os antigos habitantes da bacia do alto rio Madeira, em especial as lindas cachoeiras e corredeiras desses rios, muitas delas desaparecidas, e outras que seguem imponentes.

AGRADECIMENTOS

Guilherme Mongeló teve sua bolsa de doutorado financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Projeto Alto Madeira contou com auxílios do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da FAPESP. A Figura 1 teve como base mapa produzido por Francisco Pugliese.

REFERÊNCIAS

5º Batalhão de Engenharia de Construção. (2019). Porto Velho. Recuperado de http://www.5bec.eb.mil.br/editoria-a.html

Almeida, F. O. (2013). *A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira* (Vol. 1) (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Almeida, F. O., & Kater, T. (2017). As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. *Revista Brasileira de História, 37*(75), 41-67. doi: https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02a

Becker, B. K. (2005). Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados, 19*(53), 71-86.

Bespalez, E., Zuse, S., Pessoa, C., Venere, P., & Santi, J. (2020). Arqueologia no sítio Santa Paula, alto Madeira, Porto Velho, Roraima, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15*(2), e20190076. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0075

Binford, L. R. (1983). *In pursuit of the past: decoding the archaeological record*. London: Thames and Hudson.

Boadle, A. (2019, janeiro 31). Terras indígenas sofrem com invasões sob diretriz de Bolsonaro. *UOL.* Recuperado de https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2019/03/05/enfoque-terras-indigenas-sofrem-com-invasoes-sob-diretriz-de-bolsonaro.htm

Bordes, F. (1961). *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*. Bordéus: Impriméries Delmas.

Bordes, F. (1967). Considérations sur la typologie et les techniques dans le Paléolithique. *Quartar, 18*, 25-55.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório/Comissão Nacional da Verdade* (Vol. 1). Brasília: CNV. Recuperado de http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf

Braudel, F. (2014). *Escritos sobre a História* (J. Guinburg & T. C. S. Mota, Trads.). São Paulo: Perspectiva.

Canuto, A., Luz, C., & Andrade, T. (Coords.). (2015). *Conflitos no Campo Brasil 2015*. Goiânia: CPT Nacional.

Clement, C. R., Denevan, W. M., Heckenberger, M. J., Junqueira, A. B., Neves, E. G., Teixeira, W. G., & Woods, W. I. (2015). The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B, 282*(1812), 20150813. doi: 10.1098/rspb.2015.0813

Clement, C. R., Rodrigues, D. P., Alves-Pereira, A., Mühlen, G. S., Cristo-Araújo, M., Moreira, P. A., . . . Reis, V. M. (2016). Crop domestication in the upper Madeira River basin. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 11*(1), 193–205. doi: 10.1590/1981.81222016000100010

Corrêa, A. A. (2014). *Pindorama de Mboîa e Îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Cruz, D. G. (2008). *Lar doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Fagundes, M. (2010). Entendendo a dinâmica cultural em Xingó na perspectiva inter-sítios: indústrias líticas e os lugares persistentes no baixo vale do rio São Francisco, nordeste do Brasil. *Arqueologia Iberoamericana, 6*, 3-23.

Ferreira, H. C. H., & Carneiro, M. J. (2005). Conservação ambiental, turismo e população local. *Cadernos EBAPE.BR, 3*(3), 1-13. doi: 10.1590/S1679-39512005000300004

Flickr Hive Mid. (n.d.). [Banco de dados de fotografias]. Recuperado de https://farm8.static.flickr.com/7552/15997309380_fae9216a3a_b.jpg

Freitas, H. A., Pessenda, L. C. R., Aravena, R., Gouveia, S. E. M., Ribeiro, A. S., & Boulet, R. (2001). Late quaternary vegetation dynamics in the Southern Amazon basin inferred from carbon isotopes in soil organic matter. *Quaternary Research, 55*(1), 39-46. doi: 10.1006/qres.2000.2192

Hemming, J. (2007). *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp.

Kater, T. (2018). *O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no Alto Rio Madeira* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, Brasil.

Kater, T. (2020). A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, *15*(2), e20190078. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0078

Laraia, R. B., & Da Matta, R. (1967). *Índios castanheiros: a empresa extrativista e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Lathrap, D. W. (1970). *Upper Amazon*. Londres: Thames and Hudson.

Lima, J. A., & Silva, J. M. (1940). *Céus de Rondônia*. Hino de Rondônia. Porto Velho.

Mcguire, R. H. (2008). *Archaeology as political action*. Berkeley: University of California Press.

Meggers, B. J. (1971). *Amazonia: man and culture in counterfeit paradise*. Washington, D.C.: Smithsonian Institute Press.

Meggers, B. J., & Miller, E. T. (2003). Hunter-gatherers in Amazonia during the Pleistocene-Holocene transition. In J. Mercader (Ed.), *Under the Canopy: the Archaeology of Tropical Rain Forests* (pp. 291-316). New York: Rutgers University Press.

Migliazza, E. Z. (1982). Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia. In G. T. Prance (Ed.), *Biological diversification in the Tropics* (pp. 497-519). New York: Columbia University Press.

Miller, E. T. (1978). *Pesquisas arqueológicas no território federal de Rondônia (Alto Rio Madeira, do Yata ao Cuniã)*. (Relatório preliminar). Programa Nacional Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica-PRONAPABA.

Miller, E. T. (1987a). *Relatório das Pesquisas Arqueológicas Efetuadas na Área de Abrangência da Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná (1986/1987)*. Porto Velho, RO.

Miller, E. T. (1987b). Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil ocidental. *Estudios Atacameños,* (8), 39-64. doi: 10.22199/S07181043.1987.0008.00005

Miller, E. T. (1992a). Adaptação agrícola Pré-Historica no Alto Rio Madeira. In B. J. Meggers (Ed.), *Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas* (pp. 219-229). Washington: Taraxacum.

Miller, E. T. (1992b). *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte*. Brasília, DF: Eletronorte.

Miller, E. T. (1999). A limitação ambiental como barreira à transposição do período formativo no Brasil: tecnologia, produção de alimentos e formação de aldeias no sudoeste da Amazônia. In P. Ledergerber-Crespo (Ed.), *Formativo Sudamericano, una revaluación* (pp. 331-339). Quito-Equador: Ediciones Abya-Yala.

Miller, E. T. (2009). A cultura cerâmica do Tronco Tupi no alto Jí-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica, 1*(1), 35-136. doi: 10.26512/rbla.v1i1.12288

Ministério Público do Estado de Rondônia. (2014). *Mosquito contra a dengue será solto no Rio*. Recuperado de https://www.mpro.mp.br/noticia/-/ver-noticia/13069#.XT8Bg_ZFzIV

Mongeló, G. (2015). *O formativo e os modos de produção: ocupações pré-ceramistas no alto rio Madeira - RO* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Mongeló, G. (2019). *Outros pioneiros do sudoeste amazônico: ocupações holocênicas na bacia do alto rio Madeira* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Mongeló, G. Z. (2020). Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15*(2), e20190079. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0079

Monteiro, J. M. (2001). *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo* (Tese de livre docência). Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil.

Moore, C. R., & Thompson, V. D. (2012). Animism and Grenn River Pesistent Places: a dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. *Journal of Social Archaeology, 12*(2), 264-284. doi: https://doi.org/10.1177/1469605311431518

Moraes, C. P. (2015). O determinismo agrícola na arqueologia amazônica. *Estudos Avançados*, 29(83), 25-43. doi: 10.1590/S0103-40142015000100004

Neves, E. G. (2012). *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 aC – 1.500 dC)* (Tese de livre docência). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Neves, E. G., Watling, J., & Almeida, F. (2020). A Arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, *15*(2), e20190081. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0081

Olsen, K. M., & Schaal, B. A. (1999). Evidence on the origin of cassava: Phylogeography of *Manihot esculenta*. *Proceedings of the National Acadmey of Sciences, 96*(10), 5586-5591. doi: 10.1073/pnas.96.10.5586

Peduzzi, P. (2011, março 18). Incêndio nos alojamentos do canteiro de obras de Jirau deixa 10 mil funcionários nas ruas de Porto Velho. *UOL*, Notícias. Recuperado de https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/03/18/incendio-nos-alojamentos-do-canteiro-de-obras-de-jirau-deixa-10-mil-funcionarios-nas-ruas-de-porto-velho.html/

Pereira, E. S., & Moraes, C. P. (2019). A cronologia das pinturas rupestres da Caverna Pedra Pintada, Monte Alegre, Pará: revisão histórica e novos dados. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 14*(2), 327-341. doi: 10.1590/1981.81222019000200005

Peres, J. (2015). *Corumbiara: caso enterrado*. São Paulo: Editora Elefante.

Pessenda, L. C. R., Gomes, B. M., Aravena, R., Ribeiro, A. S., Boulet, R., & Gouveia, S. E. M. (1998). The carbon isotope record in soils along a forest-cerrado ecosystem transect: implications for vegetation changes in the Rondonia state, Southwestern Brazilian Amazon region. *The Holocene, 8*(5), 599-603. doi: 10.1191/095968398673187182

Pessoa, C. (2017). Do *Manutata* ao *Uakíry*: história indígena em um relato de viagem na Amazônia Ocidental (1887). *Revista Tellus, 17*(34), 81-103.

Pessoa, C., Zuse, S., Costa, A., Kipnis, R., & Neves, E. (2020). Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, *15*(2), e20190083. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0083

Portaria n. 230 (2002, dezembro 17). Diário Oficial da União. Recuperado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf

Pugliese, F. (2018). *A história indígena profunda do sambaqui Monte Castelo: um ensaio sobre a longa duração da cerâmica e das paisagens no sudoeste amzônico* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Rodrigues, A. D. (1964). A classificação do Tronco Lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia, 12*(1/2), 99-104.

Rodrigues, A. D., & Cabral, A. S. A. C. (2012). Tupían. In L. Campbell & V. Grondona (Eds.), *The indigenous languages of South America: a comprehensive guide* (pp. 495-574). Berlin: De Gruyter Mouton.

Roosevelt, A. C., Lima da Costa, M., Lopes Machado, C., Michab, M., Mercier, N., Valladas, H., . . . Feathers, J. (1996). Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of America. *Science, 272*(5260), 372-384. doi: 10.1126/science.272.5260.373

Sackett, J. R. (2011). François Bordes and the Old Stone Age. *Backdirt, Annual Review of the Cotsen Institute of Archaeology at UCLA,* 24-31.

Schmitz, P. I. (2006). Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil – Documentos,* (5), 31-66.

Schlanger, S. H. (1992). Recognizing persistent places in Anasazi setlement systems. In J. Rossignol & L. Wandsnider (Eds.), *Space, Time, and Archaeological Landscapes* (pp. 91-112). New York: Plenum Press.

Shock, M. P., & Moraes, C. P. (2019). A Floresta é o *domus*: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas na transição Pleistoceno/Holoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 14*(2), 263-289. doi: 10.1590/1981.81222019000200003

Souza, V. A. (2011). *Rondônia, uma memória em disputa* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

Suñer, R. A. (2015). *Arqueologia Tupi no Médio Ji-Paraná (RO): teoria do não-equilíbrio dinâmico e abordagem multifocal dos processos de mobilidade populacional no Sudoeste Amazônico* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Valente, R. (2017). *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura* (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil). São Paulo: Companhia das Letras.

Vassoler, O. J. P. (2016). *Do lago de leite ao rio dos cedros: análise da iconografia cerâmica em vasilhas da Tradição Polícroma Amazônica no Alto Madeira* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.

Vilhena Vialou, A., & Vialou, D. (1989). Abrigo pré-historico Santa Elina, Mato Grosso: habitats e arte rupestre. *Revista do Instituto de Pré-Historia da USP, 8*, 34-53.

Watling, J., Shock, M. P., Mongeló, G. Z., Almeida, F. O., Kater, T., De Oliveira, P. E., & Neves, E. G. (2018). Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. *PLos ONE, 13*(7), e0199868. doi: 10.1371/journal.pone.0199868

Watling, J., Almeida, F., Kater, T., Zuse, S., Shock, M. P., Mongeló, G., . . . Neves, E. G. (2020). Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15*(2), e20190075. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0075

Zedeño, M. N., & Bowser, B. J. (2009). The Archaeology of meaningful places. In B. J. Bowser & M. N. Zedeño (Eds.), *The Archaeology of meaningful places* (pp. 1-14). Salt Lake City: University of Utah Press.

Zimpel Neto, C. A. (2009). *Na direção das periferias extremas da Amazônia: arqueologia na bacia do Rio Jiparaná, Rondônia* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Zimpel Neto, C. A. (2018). *A fase Bacabal e seus correlatos arqueológicos no Sudeste da Amazônia* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Zuse, S. (2014). *Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto Rio Madeira, Rondônia* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, SP, Brasil.

Zuse, S., Costa, A. F., Pessoa, C., & Kipnis, R. (2020). Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 15*(2), e20190082. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0082

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

F. Almeida contribuiu com conceituação e escrita (revisão e edição) e G. Mongeló com conceituação e escrita (rascunho original).